

08/02/2012 - Supremo adia discussão sobre Lei Maria da Penha

(R7 Notícias) O STF (Supremo Tribunal Federal) adiou o julgamento da constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Previsto para ser analisada nesta quarta-feira (8), a lei não conseguiu uma brecha na pauta de votações da Corte em virtude das discussões sobre as atribuições do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A previsão é que o caso seja julgado nesta quinta (9).
Acesse em pdf: [Supremo adia discussão sobre Lei Maria da Penha \(R7 Notícias - 08/02/2012\)](#)

A TV Justiça transmite ao vivo o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4.424 - e da Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADC 19 -, que discutirá se a ação penal nos casos de violência doméstica contra a mulher depende da confirmação - representação - da vítima. Para assistir acesse: www.tvjustica.jus.br ou www.stf.jus.br.

(Carta Maior) Antes de deixar a Secretaria de Políticas para as Mulheres para concorrer à prefeitura de Vitória (ES), a ministra Iriny Lopes acompanhará, nesta quarta-feira (8), o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que decidirá se um acusado de cometer violência contra mulheres poderá ser processado mesmo quando a vítima não quiser denunciá-lo.

A ministra, que defende esta posição, está confiante de que vai prevalecer na corte uma interpretação favorável à acusação, o que significaria mais proteção para as mulheres e mais punição para agressores. "Liquidaremos com este debate doutrinário com a decisão do STF", afirmou, em entrevista coletiva, nesta terça-feira (7), ao apresentar a sucessora, Eleonora Menicucci de Oliveira, que assume sexta-feira (10).

De acordo com Iriny, o trabalho da Secretaria em parceria com outros ministérios e com o Judiciário foi uma de suas prioridades. Em março, inclusive, quando não estiver mais no cargo, será lançada uma campanha para acelerar o julgamento de processos de homicídio e violência contra a mulher (lei Maria da Penha). "O Judiciário precisa sinalizar para a sociedade que não toleramos violência", disse.

A ministra disse que, a despeito do contingenciamento de verbas no ano passado, a SPM realizou um bom trabalho. "Dentro dos limites orçamentários de 2011, conseguimos cumprir todos os nossos programas e ampliá-los. Não fomos afetados no mérito do que tínhamos que realizar", afirmou, destacando a realização da 3ª Conferência Nacional de Mulheres.

Para Iriny, a Secretaria é uma secretaria-meio, que trabalha em parceria com outros ministérios e órgãos públicos e, por isso, não fica tão refém do orçamento próprio. Segundo ela, este ano, a pasta conta com R\$ 107 milhões.

Iriny Lopes vai deixar o governo federal para retomar seu mandato como deputada federal pelo PT do Espírito Santo. "Aceitei assumir essa tarefa e saio com a concordância e o apoio da

presidenta Dilma”, esclareceu.

Segundo a ministra, no Legislativo, ela terá mais tempo para retomar as conversas com partidos políticos e movimentos sociais em torno da sua candidatura.

Acesse o pdf: [STF julga se agressor de mulher pode ser processado sem denúncia \(Carta Maior - 07/02/2012\)](#)

08/02/2012 - Ligue 180 registra quase 2 mil ligações por dia em 2011

(SPM) Denúncias de violência física contra mulheres corresponderam a 61,28% das 74.984 ligações feitas relacionadas à violência na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, no ano passado. O serviço totalizou 667.116 ligações - uma média de 1.828 por dia, segundo balanço divulgado nesta quarta-feira, 7, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

O mais surpreendente nesse balanço é o número de ligações de mulheres em situações de cárcere privado, que chegaram a 343.

“É quase uma denúncia por dia. Assusta o fato de que as mulheres são submetidas a uma situação de propriedade, algo desumano e cruel, sem direito de ir e vir”, avalia Cida Gonçalves, secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da SPM.

Ela também chama a atenção para outro fato: a maioria das vítimas de violência está no período economicamente produtivo e biologicamente reprodutivo. “Isso atinge a economia e o desenvolvimento do País, diminuindo sua autoestima e sua dignidade”, completa a secretária.

NO EXTERIOR - O Ligue 180 foi estendido no ano passado para três países, Itália, Portugal e Espanha. E mesmo em curto prazo e sem ampla divulgação, já foram registradas 47 ligações. Isso significa, para a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, que o serviço cumprirá um papel tão importante quanto o prestado no Brasil, para cidadãs brasileiras fora do País.

Além das 45.953 denúncias de agressões nesse período, a Central recebeu 17.987 (23,99%) relatos de violência psicológica; 8.176 (10,90%) de violência moral; 1.298 (1,73%) de violência sexual; e 1.227 de violência patrimonial.

O PERFIL - O Ligue 180 é majoritariamente (98,97%) procurado por mulheres adultas, em período economicamente produtivo e biologicamente reprodutivo, a maioria entre 30 e 39 anos.

De acordo com o perfil das mulheres que recorrem ao serviço, 31,19% têm idades entre 20 e 29 anos; 32,08% entre 30 e 39 anos; 17,88% 40 e 49 anos e 8,64% entre 50 e 59 anos. Também foram registradas ligações feitas por homens: 3.402.

DEPENDÊNCIA - Os dados do balanço do ano mostram que 59,51% das vítimas não dependem financeiramente do agressor, evidenciando que estas mulheres têm dependência afetiva com os agressores.

Outro aspecto importante no quesito econômico dá conta que 8,45% das vítimas que contataram a Central são beneficiárias de programas de transferência de renda.

Acesse o pdf: [Ligue 180 registra quase 2 mil ligações por dia em 2011 \(SPM - 08/02/2012\)](#)
[80% das mulheres agredidas sofrem violência frequentemente \(BOL - 08/02/2012\)](#)

Contatos

Aparecida Gonçalves - subsecretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM/PR

(61) 3411.4216 - aparecidagoncalves@spmulheres.gov.br

Jadilza Maria de Andrade Araújo - coordenadora da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

(61) 3411.4296 - jadilza.araujo@spmulheres.gov.br

07/02/2012 - Nova ministra diz que agressor deve ser processado pela Lei Maria da Penha mesmo que a vítima desista

(UOL Notícias) A nova ministra da Secretaria de Políticas das Mulheres, Eleonora Menicucci de Oliveira, afirmou:

Com relação ao polêmico julgamento previsto para esta quarta-feira (8) no Supremo Tribunal Federal, Menicucci se disse a favor de que a Corte aprove que o homem que agride uma mulher possa ser processado pela Lei Maria da Penha ainda que a vítima não preste queixa contra ele -ou se ela prestar queixa e retirar depois. Atualmente, o agressor só é processado se a vítima fizer a denúncia.

“A SPM [Secretaria de Políticas para as Mulheres] tem uma posição clara e solidária e estará presente no STF. Eu sou totalmente favorável que, mesmo a mulher não fazendo a denúncia, e se comprovada a agressão, o agressor deve ser punido”, declarou.

Com orçamento de R\$ 107 milhões para este ano, a nova ministra afirma que pretende focar sua gestão no fortalecimento dos organismos de política em defesa das mulheres nos Estados e

municípios.

Menicucci não quis comentar as posturas adotadas pela sua antecessora, que criticou, por exemplo, um comercial com a modelo brasileira Gisele Bündchen por promover um “sexismo atrasado”. Ela apenas elogiou a gestão anterior e desejou que a Lopes ganhe as eleições, “porque precisamos de mulheres como ela na gestão pública dos municípios”.

Leia na íntegra: [Legalização do aborto é assunto do Congresso e não do Executivo, afirma nova ministra \(UOL Notícias - 07/02/2012\)](#)

Leia também:

“Menicucci é professora titular do departamento de medicina preventiva da Unifesp e tem longa trajetória no movimento feminista e no combate à violência contra a mulher. A indicada garantiu que o combate à violência doméstica e sexual será prioridade na sua gestão. ‘As delegacias de defesa das mulheres, a questão da Justiça criminal têm que avançar, têm que ser reformuladas. A fala da mulher não é respeitada, ouvida. É inadmissível que uma mulher vá a uma delegacia de defesa da mulher, faça uma denúncia e vá para casa.’ - [Nova ministra de Dilma diz que aborto não é questão ideológica \(Folha.com - 07/02/2012\)](#)

[Ministra defende pena a agressores mesmo sem queixa de mulher \(Terra - 07/02/2012\)](#)

[06/02/2012 - STF julgará continuidade de processo contra agressor independentemente da vontade da vítima](#)

(Folha de S.Paulo) Informação publicada na coluna de Mônica Bergamo:

“EM NOME DELAS

O STF (Supremo Tribunal Federal) julga na próxima quarta se o homem que agride uma mulher pode ser processado pela Lei Maria da Penha, ainda que a vítima não preste queixa contra ele. Hoje, isso só ocorre se ela fizer uma representação contra o seu algoz.

EM NOME DELAS 2

O Ministério Público alega no STF que esse ponto da lei é inconstitucional. Invoca o princípio de proteção à família para chamar para si a responsabilidade de denunciar o agressor, ainda que a mulher não queira fazê-lo. E quer impedir que a vítima, pressionada ou arrependida, retire a queixa e se retrate para livrar o homem, como hoje a lei permite.

EM FRENTE

O relator é o ministro Marco Aurélio Mello, que deve acompanhar a tese do MP.”

05/02/2012 - No Brasil, há 500 mil mandados de prisão não cumpridos

(Marcelle Ribeiro, da surcursal de O Globo/SP) Levantamento no banco de dados de 17 estados e do Distrito Federal mostra que há cerca de 500 mil mandados de prisão aguardando cumprimento nessas regiões, acumulados ao longo dos anos, sendo aproximadamente 360 mil só no Sudeste. Não se sabe, porém, a quantos criminosos eles se referem; contra um mesmo procurado pode haver várias ordens de captura. Para se ter uma ideia, contra o traficante Fabiano Atanázio da Silva, o FB, preso no fim de janeiro e considerado um dos mais procurados pela polícia do Rio, havia 27 mandados de prisão.

CLÁUDIA: a irmã, Mércia, foi morta pelo namorado, que está foragido

JOSILENE: irmã pulou pela janela para fugir do marido, que está foragido

Leia também:

[Polícia continua sem pistas um ano após fuga de Abdelmassih \(Folha de S.Paulo - 05/02/2012\)](#)
[Acusado da morte da mulher, pagodeiro está vivendo no Nordeste \(O Globo - 05/02/2012\)](#)

(cont.) Para saber quantos mandados não cumpridos ainda constam no país, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disponibilizou na internet há três semanas o Banco Nacional de Mandados de Prisão, cujo funcionamento, porém, ainda está engatinhando. Apenas 12 tribunais estão alimentando o sistema com informações sobre mandados expedidos a partir de 16 de janeiro. A partir de julho, todos os mandados antigos têm que estar no site.

Segundo o CNJ, é fundamental saber quantos são os mandados não cumpridos no país, para que o poder público planeje melhor suas ações.

- Isso interfere na política criminal e na política penitenciária. Se eu tenho cem mil mandados a serem cumpridos é uma coisa em termos de construção de presídios. Se tenho 300 mil, é outra coisa - diz o juiz auxiliar da Corregedoria do CNJ, Erivaldo Ribeiro.

Segundo o Ministério da Justiça, a massa carcerária do país chega a 514 mil, e o déficit de vagas nas cadeias chega a 210 mil.

O GLOBO entrou em contato com tribunais de Justiça e secretarias de Segurança de todos os estados, para tentar saber quantos são os mandados de prisão que não foram cumpridos e se acumulam ao longo dos anos. Porém, apenas Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Sergipe, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Paraná, Acre, Tocantins e Roraima responderam.

Os estados da Paraíba, Pará e Piauí informaram apenas dados parciais referentes a alguns anos, e não souberam dizer quantos mandados se acumulam em seus bancos de dados. Não é possível comparar os dados de um estado com outro.

No Rio, 131 mil mandados não cumpridos até 2011

Porém, como há secretarias de Segurança que computam entre seus mandados a cumprir documentos expedidos por outros estados, pode haver casos de mandados que estejam sendo incluídos mais de uma vez na contagem feita pelo GLOBO. Apenas em alguns estados, as secretarias de Segurança souberam informar se possuíam em seus bancos de dados mandados expedidos pela Justiça Federal ou apenas pela Justiça estadual.

Além disso, é possível que muitos dos 500 mil mandados não cumpridos não estejam mais válidos, por ter havido prescrição da pena ou a morte do acusado, por exemplo.

No Rio, até o final de 2011, havia cerca de 131 mil mandados não cumpridos no banco de dados da Polícia Civil, sendo que 5% foram emitidos por outros estados. Em São Paulo, existem 115 mil mandados a cumprir no sistema da Polícia Civil. Em Minas Gerais, de acordo com a Secretaria de Segurança, são cerca de 75 mil, mas entre eles pode haver mandados expedidos pela Justiça Federal de outros estados. No Espírito Santo, a Polícia Civil afirma que há aproximadamente 40 mil ordens de prisão aguardando cumprimento.

- Muitos procurados não estão em local conhecido, ou fogem para outros estados, e isso atrapalha o cumprimento. E, às vezes, a polícia não tem a estrutura adequada. Em alguns casos, há um empenho maior da polícia. Não é má vontade, é falta de estrutura - afirma o jurista Renato Flávio Marcão, integrante do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Marcão e o juiz Erivaldo Ribeiro, do CNJ, afirmam que outro fator que pode explicar o alto número de mandados é o fato de que muitos juízes decretam a prisão desnecessariamente, numa interpretação muito rígida da lei. Isso leva a um excesso de decretação de prisões preventivas.

Além disso, em muitos casos, mandados de prisão antigos não são revisados pelos juízes e continuam constando como "aguardando cumprimento".

Em São Paulo, Tribunal de Justiça vai revisar 10 mil mandados

Um dos foragidos com destaque no site da Secretaria de Segurança de São Paulo no rol de "procurados" é o ex-policia militar Mizael Bispo de Souza, acusado de ter planejado a morte da advogada Mércia Nakashima, sua ex-namorada, em maio de 2010. Fragilizada até hoje, a mãe de Mércia reclama do sistema jurídico-policia e da impunidade de acusados.

- É um sentimento de muita revolta. Acho que brincam com a sociedade - diz Janete Nakashima, mãe de Mércia, com dificuldade para segurar as lágrimas.

A Polícia Civil paulista pediu que o Tribunal de Justiça revise cerca de 10 mil mandados em que não constam prazo de validade. A Divisão de Capturas da polícia ganhou mais policiais, mais uma delegacia e passa por uma reestruturação.

- O indivíduo procurado não fica esperando a Justiça para ver se vai ser condenado. A lei possibilita que quem já espera ser preso fuja - diz o chefe da Divisão de Capturas da Polícia Civil de SP, Waldomiro P. Milanesi.

No Rio, a Polícia Civil estabeleceu uma meta: cada delegacia tem que cumprir pelo menos um mandado por semana.

- Ter 130 mil mandados não cumpridos não significa que existam 130 mil procurados nas ruas. Mas quando comparamos os números de mandados cumpridos de 2010 com os de 2011, houve um aumento de cerca de 30% - diz a chefe da Polícia Civil do Rio, Martha Rocha.

Acesse em pdf:

[No Brasil, há 500 mil mandados de prisão não cumpridos \(O Globo - 05/02/2012\)](#)

[Em São Paulo, Tribunal de Justiça vai revisar 10 mil mandados \(O Globo - 05/02/2012\)](#)

04/02/2012 - 70% das vítimas de violência sexual doméstica no DF têm até 14 anos

(G1) Secretaria registrou 53 casos em 2011, 37 com crianças e adolescentes.

De acordo com delegacia, crianças entre 6 e 11 anos são maiores vítimas.

Crianças e adolescentes de até 14 anos representam 70% dos casos de vítimas de violência sexual doméstica que foram acompanhados pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal em 2011.

Das 53 notificações registradas no ano passado, 37 são nessa faixa etária. Segundo a chefe do Núcleo de Estudos e Programas para Acidentes e Violências, Lucimeire Cavalcanti, os dados ainda são preliminares e existe subnotificação, mas a proporção deve se manter a mesma quando os números forem consolidados.

Somente em janeiro deste ano, a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente informou ao **G1** ter registrado 34 casos de estupro de vulnerável - casos de violência sexual contra menores de 18 anos. O número representa mais de um caso por dia. Metade das vítimas foi de crianças entre 6 e 11 anos.

Para a responsável pela unidade, Valéria Martirena, o número de casos é maior do que o registrado. "Primeiro, a criança não interpreta aquilo como violência sexual, até porque ela não sabe que está sendo agredida. Ela só vai entender isso quando fica adolescente, quando tem aula na escola ou os amiguinhos comentam. Aí ela vai entender que não é carinho", explica.

Valéria afirma que os pais devem conversar abertamente com os filhos a respeito do assunto orientá-los sobre violência sexual.

Agressão física

De acordo com os dados preliminares do núcleo, os casos de agressão física a mulheres representaram 61% das ocorrências de violência física no ano passado no DF.

Para tentar dar melhor atendimento às vítimas de violência, a Secretaria da Mulher do DF e a

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres firmaram convênio em dezembro passado para a construção de cinco novos centros de referência de atendimento à mulher (CRAM).

O acordo prevê o repasse de R\$ 1,4 milhão e a reestruturação da unidade localizada na rodoferroviária e a qualificação de 50 profissionais ligados ao setor. Os centros são especializados no atendimento psicossocial e jurídico especializado e continuado às mulheres em situação de violência.

Acesse em pdf: [70% das vítimas de violência sexual doméstica têm até 14 anos, diz GDF \(G1 - 04/02/2012\)](#)

[04/02/2012 - CNJ afirma que o Paraná é lento em punir violência doméstica](#)

(Karlos Kohlbach, da Gazeta do Povo) Justiça leva cerca de três meses para cumprir decisão, segundo equipe que fez inspeção em novembro. Problema é considerado grave

Uma equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) chegou à conclusão de que o Judiciário paranaense está demorando cerca de três meses para fazer com que decisões judiciais referentes à violência doméstica sejam cumpridas. O problema foi considerado especialmente grave porque, nesse caso, as vítimas de agressões ficam expostas ao agressor por mais tempo.

O problema foi constatado durante uma inspeção feita pelo CNJ no estado em novembro do ano passado. O conselho enviou a equipe ao Paraná para saber se as mudanças exigidas dois anos antes haviam sido feitas. Na inspeção de 2009, o CNJ encontrou no estado diversos problemas e fez 113 recomendações que deveriam ser implementadas. O balanço completo da nova inspeção ainda não foi divulgado.

A lentidão para que as decisões da Vara de Violência Doméstica e Familiar de Curitiba sejam cumpridas tem motivo: a falta de oficiais de justiça. São eles os encarregados de fazer a intimação das decisões judiciais. A juíza da vara, Luciane Bortoleto, conta que atualmente são apenas quatro os oficiais de justiça destacados para atender todo o juizado. “Esses quatro oficiais não são exclusivos deste juizado. Eles trabalham em outras varas também. O ideal seria dispor de pelo menos o dobro - oito oficiais de justiça”, explica.

O déficit de funcionários, que é de conhecimento do Tribunal de Justiça do Paraná, se arrasta desde 2007, ano da criação do juizado. “Mandamos ofícios ao Tribunal [de Justiça] evidenciando esta preocupação. O TJ fez mutirões para aliviar o problema. Mesmo assim o volume de procedimentos é muito grande”, afirma Luciane.

Mais problemas

A Gazeta do Povo teve acesso com exclusividade ao pedido de providências encaminhado pelo CNJ para o TJ e para a Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No documento, assinado pela ministra corregedora do Conselho, Eliana Calmon, são relatados o

excesso de processos, um número insuficiente de psicólogos e assistentes sociais, atraso na expedição de mandados e impossibilidade na execução das penas alternativas impostas pela Justiça.

O CNJ destaca no relatório que “há impossibilidade de execução das penas alternativas fixadas pela sentença condenatória”. Durante a inspeção, os juízes do CNJ se depararam com 498 processos que aguardavam a execução de penas alternativas. A ministra Eliana Calmon determinou que no prazo de 30 dias o TJ do Paraná dê o apoio necessário para firmar convênios para o cumprimento das penas e medidas alternativas.

A juíza Luciane Bortoleto explica que esses convênios são necessários para atender aos agressores num processo de reeducação e reabilitação. A Lei Maria da Penha prevê que o poder público pode criar e promover centros de educação e de reabilitação para os agressores. Mas a reportagem apurou que nem o governo do Paraná nem a prefeitura de Curitiba disponibilizam os centros de educação e reabilitação (veja ao lado).

Ciente dos problemas, o TJ se antecipou e baixou medidas para tentar sanar as falhas detectadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Mesmo assim, as observações feitas pelo CNJ foram repassadas para técnicos da corregedoria do Conselho para elaboração de um relatório. Não há previsão de quando os integrantes do CNJ vão avaliar o resultado da inspeção feita no Judiciário paranaense.

Situação

A inspeção do CNJ na Vara da Violência Doméstica foi feita em novembro. Veja os principais resultados:

O que o CNJ encontrou

- Atualmente tramitam cerca de 10 mil processos.
- A vítima é atendida por uma equipe multidisciplinar, integrada por dois psicólogos e um assistente social.
- São aplicadas em torno de 100 medidas protetivas por semana, Contudo, há grande dificuldade para intimação dessas medidas, em razão da quantidade insuficiente de oficiais de justiça. Demora de dois a três meses para ser cumprida a intimação.
- Há grande atraso em relação à expedição de mandados.
- Impossibilidade de execução de penas alternativas, ensejando absoluta ineficácia das medidas, além de grande número de prescrições.
- Há 498 processos aguardando execução de penas alternativas.

Determinações do CNJ

- Adotar medidas para reforçar os quadros de psicólogos e assistentes sociais.

- Providenciar mutirões para expedição de todos os mandados.
- Providenciar oficiais de justiça para cumprir decisões judiciais.
- Manter equipe capaz de absorver o volume de trabalho na vara.
- Que o TJ apóie a formalização, num prazo de 30 dias, de convênios para o cumprimento das penas e medidas alternativas.

Medidas adotadas pelo TJ

- Contratação de dois estagiários de psicologia e outros dois de assistência social.
- Contratação de dois servidores para atuar como oficiais de justiça em sistema de mutirão.
- Verificar a possibilidade de firmar aditivos a convênios já existentes para o cumprimento de penas e medidas alternativas.

Lentidão

Cartórios judiciais são pouco ágeis

A inspeção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) analisou o funcionamento do Tribunal de Justiça, das varas de 1º grau e dos cartórios do estado. Os cartórios judiciais, nos quais tramitam os processos, foram os que apresentaram mais problemas. Segundo uma fonte do CNJ ouvida pela reportagem, o serviço nos cartórios judiciais é mais moroso e há uma percepção de “corpo mole”.

Os problemas em cartórios judiciais não são exclusivos do Paraná. Um estudo feito em 2007 pelo Ministério da Justiça, durante a gestão de Tarso Genro, concluiu que os cartórios judiciais “produzem grande impacto na morosidade do processo e no acesso à justiça”. E afirmou ainda que a “organização e o funcionamento dos cartórios judiciais são precários”.

Nos cartórios extrajudiciais, como tabelionatos, por exemplo, o CNJ constatou melhorias em relação à última inspeção.

Saiba mais:

- [Corregedoria do TJ alega que não detectou problemas](#)
- [Estado não tem local para reabilitação](#)

Acesse em pdf: [CNJ afirma que o Paraná é lento em punir violência doméstica \(Gazeta do Povo - 04/02/2012\)](#)

03/02/2012 - MP da Paraíba investiga descumprimento da Lei Maria da Penha

(Paraíba Agora) O Ministério Público da Paraíba instaurou quatro inquéritos civis para investigar o descumprimento da Lei 11.340 (a “Lei Maria da Penha”), nas delegacias de Campina Grande, Massaranduba, Lagoa Seca e Boa Vista.

Durante uma inspeção realizada no Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Campina Grande (Numol), o promotor de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, Luciano de Almeida Maracajá, recebeu a denúncia de que as delegacias de polícia não estariam disponibilizando veículos para garantir o deslocamento das vítimas ao Numol para a realização de exames periciais, como o corpo de delito, por exemplo.

A situação caracterizaria o descumprimento do Artigo 11 da Lei “Maria da Penha”, que estabelece em seu inciso II que a autoridade policial deve providenciar o encaminhamento da mulher em situação de violência doméstica e familiar ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal (IML). “Entendemos que fere a dignidade da mulher ter que se transportar a pé, de ônibus ou em transporte próprio. Queremos celebrar um TAC (termo de ajustamento de conduta) para disponibilizar os veículos”, disse o promotor.

A Delegacia da Mulher de Campina Grande tem 30 dias para encaminhar informações à Promotoria de Justiça sobre o problema.

Acesse em pdf: [MP investiga descumprimento da Lei Maria da Penha \(Paraíba Agora - 03/02/2012\)](#)

03/02/2012 - SPM quer saber se houve omissão no caso de procuradora morta

(G1) A família da procuradora federal Ana Alice Moreira de Melo, morta a facadas dentro de casa, divulgou nesta sexta-feira (3) uma carta relacionada aos fatos envolvendo a mulher e o marido, suspeito do crime, que foi [encontrado](#) sem vida em um motel. Na mensagem, intitulada “Esclarecimento à imprensa e à sociedade”, os parentes de Ana Alice explicam que não se manifestaram sobre o acontecido para preservar a integridade psicológica das duas crianças, filhas do casal. **Na carta, eles ainda afirmam que o fato pode gerar uma “reflexão da sociedade sobre a violência contra a mulher, bem como sobre a violência como um todo”.**

Acesse o pdf para ler a carta na íntegra e saber mais sobre o caso: [Família de procuradora morta diz em carta que quer proteger filhos do casal \(G1 - 03/02/2012\)](#)

Veja também: [Aumentam casos de violência contra a mulher em MG \(RedeTV! News -](#)

[04/02/2012\)](#)

(O Estado de S. Paulo) A polícia mineira procura o empresário Djalma Brugnara Veloso, de 49 anos, acusado de matar a ex-mulher, a procuradora do INSS Ana Alice Moreira de Melo, de 35. O crime foi na madrugada de ontem, na mansão da vítima, em um condomínio em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. Ana Alice morava com os dois filhos do casal, que estava em processo de divórcio.

[Em tempo: [Suspeito do crime, empresário é encontrado morto em motel em BH](#)]

Ana Alice, que trabalhava na Advocacia-Geral da União (AGU) e estava lotada na Procuradoria Federal em Minas, havia registrado queixa contra o ex-marido no dia 24, alegando que ele havia ameaçado matá-la. Ao saber do registro da ocorrência, Veloso voltou à casa por volta das 20h30 para tirar satisfações.

A discussão transformou-se em briga, que se estendeu até a madrugada. A babá dos dois filhos do casal contou à polícia que, assustada, trancou-se no banheiro com os meninos, de 2 e 4 anos. Ela disse que ouviu muitos gritos e depois, com a casa já em silêncio, saiu do banheiro e encontrou Ana Alice caída no quarto com várias facadas no corpo.

As Polícias Rodoviárias Federal e Estadual e os aeroportos de Minas foram informados sobre o assassinato. Ao sair da casa após o crime, por volta das 4h, Veloso levou seu passaporte.

Proteção. Segundo a delegada Renata Fagundes, responsável pelo inquérito, ao registrar a ocorrência contra o marido, Ana Alice também pediu proteção. A vítima queria que o empresário fosse proibido de se aproximar dela. Ontem, ninguém foi encontrado no Fórum de Nova Lima para falar sobre o caso.

A Secretaria de Políticas para Mulheres encaminhou ontem ofício ao governo mineiro, solicitando a apuração rigorosa do caso. A secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, quer saber se houve omissão do Estado. Em nota, a Procuradoria-Geral Federal lamentou a morte de Ana Alice e afirmou que 'serão tomadas todas as medidas necessárias, de sua alçada, para que o assassino seja condenado'.

Mestre em Direito Ambiental, Ana Alice era procuradora desde 2002 e já havia atuado também no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). / Colaborou Alana Rizzo

[Acesse o pdf: Procuradora do INSS é morta a facadas em Minas Gerais \(O Estado de S. Paulo - 03/02/2012\)](#)

02/02/2012 - ABC paulista teve em média um estupro por dia

(Band.com) A violência sexual fez 417 vítimas no ano passado na região do ABC paulista, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública. É em média pouco mais de um estupro registrado todos os dias.

São Bernardo e Santo André foram os municípios com maior número de casos, 134 e 95, respectivamente. Se para muita gente o cenário deste tipo de violência são lugares afastados na periferia e as vítimas, mulheres sem instrução, as informações oficiais mostram uma realidade diferente.

A coordenadora do Programa de Atenção à Violência e Abuso Sexual de São Bernardo e professora da Faculdade de Medicina do ABC, Maria Auxiliadora Figueiredo Vertamatti, afirma que os estupros são comuns nos bairros centrais e com garotas entre 16 e 22 anos com 2º grau ou cursando ensino superior.

“Talvez até por ter maior nível de instrução, essas mulheres têm mais coragem para denunciar e procurar ajuda no serviço público de saúde”, disse. O horário da tarde, quando há a volta do trabalho, é o predileto para ação dos agressores. De acordo com a médica, há registros de casos próximos a universidades e com o uso de medicamentos para que a vítima fique inconsciente.

Durante um dos atendimentos do programa municipal, duas mulheres acharam no ano passado semelhanças na forma como o agressor agia. “Comparamos depois com outros casos que tínhamos aqui e chegamos a um retrato falado”, disse a ginecologista. O esturador ficou conhecido como maníaco da moto, acusado de violentar sete mulheres na região.

A titular Bárbara Lisboa Travassos, da Delegacia de Defesa da Mulher de Diadema, conta que muitos oportunistas surgiram após as notícias sobre o motoqueiro. “Infelizmente, o reconhecimento é muito difícil por conta do capacete. Mas recebemos diversas ligações.” Bárbara recomenda que as mulheres pratiquem luta. “Não para reagir aos casos, mas para adquirir uma postura diferente até mesmo nas primeiras abordagens”, disse.

Acesse o pdf: [ABC teve em média um estupro por dia \(Band.com - 02/02/2012\)](#)